



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para prestação de serviços da etapa 06 do projeto de revitalização da orla da lagoa, situada no Município de Lagoa Formosa - MG, na Avenida J.K., Centro, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme projetos, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias desenvolvidos pela equipe de engenharia, da Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa, projeto este, viabilizado através do Ministério do Turismo, do Governo Federal.

1.1. O serviço deverá ser executado/fornecido conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

Código	Item	Descrição	Quantidade	Und.	Valor unitário	Valor total médio
43496	01	Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para prestação de serviços da etapa 06 do projeto de revitalização da orla da lagoa, no município de Lagoa Formosa - MG, avenida JK, centro, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária	01	SV	R\$1.206.084,34	R\$1.206.084,34

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, através do Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural de Lagoa Formosa, têm realizado deveras ações para zelar, cuidar e proteger o conjunto paisagístico da orla da lagoa, bem, devidamente tombado pelo mesmo conselho e que tem sofrido muitos danos devido às ações do tempo e ações de cidadãos



que não possuem visão de sua importância histórico-cultural, causando prejuízos em sua biodiversidade, na arquitetura e em todo o espaço que paulatinamente desgastado necessita de revitalização, consertos, novas construções e adaptações para a melhoria de todo o espaço, garantindo sua recuperação e oportunizando à população um lugar aprazível para se visitar, conhecer e se reconhecer em todo o processo histórico-cultural e turístico ali impregnado estimulando o mesmo, de modo que a cultura e o turismo cresçam e tragam inúmeros benefícios para todo o município.

3. DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. O prazo para execução dos serviços, será de acordo com o cronograma elaborado pelo setor de engenharia, prazo este compatível com as características dos serviços, eminentemente de prestação de serviços executados de forma continuada, limitado ao disposto no Art. 57, II, da Lei 8.666/93

3.2. A CONTRATADA, deverá apresentar, comprovar e manter, que possui ou instalará estrutura administrativa no município de Lagoa Formosa – MG, mínima que suporte os compromissos assumidos com a CONTRATANTE, ou seja, uma sede ou filial, a suas expensas, com Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), após a assinatura do contrato no prazo máximo de 60 dias, sob pena de rescisão e aplicação das penalidades previstas no edital, devidamente registrada nos órgãos e repartições públicas, exigidos por lei, e declarar a sua manutenção durante o período de vigência do contrato. Com endereço fixo e telefone e também com espaço físico necessário para armazenamento de materiais e insumos.

3.3. A empresa vencedora deverá apresentar alvará de localização e funcionamento no município de Lagoa Formosa – MG

3.4. OBSERVAÇÃO: O funcionamento de qualquer estabelecimento/atividade no município de Lagoa Formosa/MG exige a obtenção do alvará junto ao Poder Público, com o preenchimento dos pressupostos contidos no art. 174, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 4/2011.

3.5. Justifica-se as exigências dos subitens 3.2, 3.3 e 3.4, em se tratar que para o objeto do certame é a prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva, mediante a manutenção e conservação predial de natureza preventiva e corretiva, reformas, com serviços de engenharia e mão de obra especializada e dedicada.

Sendo também a vantagem que a empresa tenha empresa jurídica com sede ou filial no município, que recolhem seus impostos neste município e contribuem para o desenvolvimento municipal, beneficiando também com a possível geração de empregos regional.

Tal exigência não compromete, restringe ou frustra o caráter competitivo do processo licitatório, sendo aberta para ampla a participação de empresas tanto de âmbito nacional com regional.

Quanto a formulação da proposta, o valor estimado da licitação foi divulgado antecipadamente, os preços máximos foram obtidos por pesquisas de mercado, sendo que os licitantes interessados devem lançar nos seus preços a despesa que é necessária para instalação de uma filial ou escritório no município de Lagoa Formosa-MG, caso não possua, lançando de forma prévia o referido valor em seus custos e planilha de preços. Como de acordo como consta no edital, item 9., subitem 9.6.3. “Deverão estar inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, carga e descarga, encargos sociais e trabalhistas, e outras despesas, se houver, para o fiel atendimento do objeto. A omissão de qualquer despesa necessária ao fornecimento do objeto será interpretada como não existente ou inclusa nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.”

OBSERVAÇÃO: O funcionamento de qualquer estabelecimento/atividade no município de Lagoa Formosa/MG exige a obtenção do alvará junto ao Poder Público, com o preenchimento dos pressupostos contidos no art. 174, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº



4/2011.

3.6. Os serviços, objeto deste contrato, deverão ser executados dentro de um padrão de qualidade e confiabilidade, seguindo as normas vigentes e aplicáveis quanto a execução dos serviços.

3.7. A prestação dos serviços só poderá ser executada, obedecendo, projeto básico / executivo, seus anexos, especificações e normatizações, visando atender as necessidades e objetivos da contratante.

3.8. A CONTRATADA empregará boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto em projeto e nas especificações e normatizações.

3.9. Ficará a critério do CONTRATANTE impugnar e substituir os serviços maus executados em desacordo com os projetos executivos e suas especificações. As despesas decorrentes dessas substituições e o retrabalho correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, inclusive naqueles casos em que os serviços tenham sido executados por FIRMA ESPECIALIZADA;

3.10. A empresa contratada deverá visitar e vistoriar minuciosamente o local onde deverão ser desenvolvidos a execução dos serviços, para que o proponente tenha conhecimentos das condições e peculiaridades da área em que deverão se desenvolver os trabalhos, através de seus representantes legais.

3.11. Durante a execução dos serviços e obras, a CONTRATADA deverá providenciar junto ao CAU/CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da legislação em vigor;

3.12. Não serão aceitas alegações futuras relativas ao desconhecimento das condições de execução dos serviços.

3.13. A CONTRATADA deverá facilitar por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da CONTRATANTE, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe foram efetuadas.

3.14. Todos os custos associados às visitas e à inspeção serão de inteira responsabilidade do licitante vencedor.

3.15. Caberá a CONTRATADA integral responsabilidade por quaisquer danos causados a PMLF e a terceiros, durante a execução dos serviços, sempre que forem decorrentes de negligência, imperícia ou omissão de sua parte.

3.16. A Contratada se responsabilizará por quaisquer despesas decorrentes do armazenamento, deslocamento, viagens, alimentação, visita técnica, transporte, carga/descarga dos produtos.

3.17. A qualquer momento, a CONTRATADA, deverá atender a Administração, para prestar informações, esclarecimentos e sanar dúvidas no momento que a execução estiver em andamento;

3.18. A empresa deverá cumprir o cronograma de entrega, não podendo sofrer atraso, podendo sofrer penalidades em caso do descumprimento.

4. PROTEÇÃO AMBIENTAL

É obrigação da Contratada o cumprimento integral de todas as normas legais relativas à proteção ambiental, que sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância.

5. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

5.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens ou serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



5.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.4. A fiscalização do cumprimento dos termos exigidos na licitação de registro de preço ficará por conta da Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa.

5.5. A Fiscalização, constatando inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exatidão ou ato desabonador, poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado do beneficiário.

5.6. A Fiscalização poderá determinar a paralisação dos serviços, por razão relevante de ordem técnica, de segurança ou motivo de inobservância e/ou desobediência às suas ordens e instruções, cabendo a contratada todos os ônus e encargos decorrentes da paralisação.

6. AS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.2. Obedecer estritamente às disposições atinentes à Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho, incluídas as normas regulamentares instituídas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, sobretudo as NR 5 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA), NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI), NR 10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) e NR 24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho);

6.3. Executar os serviços de acordo com as normas técnicas da ABNT e outros órgãos gerenciadores. Garantia de todas as informações levantadas e documentadas sobre os serviços executados, sendo a CONTRATADA passível de ser responsabilizada civil e penalmente por eventuais danos causados que ocorrerem a terceiros quando na execução dos serviços ocorrer culpa ou dolo na conduta dos seus subordinados inerentes aos serviços prestados.

6.4. Fornecer, sempre que solicitado pelo Município, os comprovantes de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução dos serviços;

6.5. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão todas as indicações previstas.

6.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

6.7. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.8. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do serviço prestado, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



- 6.10.** Indicar preposto para representá-la durante a vigência do processo;
- 6.11.** Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos produtos fornecidos, para que seja substituído.
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Nos termos do Art. 81, da Lei Federal 8.666/93, A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

8.2. Pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no Art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, na forma prevista no respectivo instrumento licitatório.

8.3. Poderá o Município aplicar multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato pela recusa em recebê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

a) Multa de mora, no caso de atraso injustificado:

b) No percentual correspondente a 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 03 (três) dias úteis, caracterizando inexecução parcial.

c) No percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, caso ultrapassado o prazo acima.

d) Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida defesa prévia, aplicar-se-á ao contratado, as seguintes sanções:

e) Advertência escrita pelo descumprimento de cláusulas contratuais;

f) Multa até o percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato.

g) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo de até 02 (dois) anos, nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais; e



h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do processo licitatório; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do processo licitatório.

11. DO PAGAMENTO

11.1. A fatura (Nota fiscal) do serviço deverá ser entregue até o 3º (terceiro) dia subsequente ao envio da medição oficial, a qual será elaborada após a aprovação, condicionada ao atendimento aos itens anteriores. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a conferência da respectiva nota fiscal.

11.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência, inclusive a apresentação do demonstrativo da entrega dos produtos.

11.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

11.4. Somente serão efetuados os pagamentos às Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pela empresa participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato ou instrumento equivalente.

11.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas observando o número do CNPJ indicado pela empresa em sua proposta de preços e documentos apresentados para habilitação, conforme exigidos em edital.

12. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

12.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. Os preços serão reajustados anualmente de acordo com o índice IPCA, conforme dispõe o § 8º, do art. 65 da Lei 8.666/93.

12.8. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 8.666/93. Cabe à CONTRATADA apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

- Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do serviço, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

- O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

- Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

- Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Para execução do objeto do certame será exigida na forma do art. 56, § 1º, da Lei de Licitações, garantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, cabendo ao contratado escolher entre:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária.

14. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de **MENOR VALOR GLOBAL**, desde que observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste termo e posteriormente no Edital e seus anexos.



15. CONDIÇÕES GERAIS

15.1. O Município de Lagoa Formosa, MG, reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer prestação de serviço em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas.

15.2. **Todos os funcionários da contratada deverão fazer uso de uniformes padronizados da empresa, identificados, bem como o uso dos EPI's necessários para a realização dos serviços objeto deste contrato.**

15.3. **A empresa vencedora deverá fornecer instalações sanitárias adequadas - banheiros químicos e descarte adequado dos dejetos.**

15.4. **Os locais afetados pelos serviços deverão ser mantidos, pela CONTRATADA, em perfeito estado de limpeza e sinalização durante o prazo de execução da obra.**

15.5. **Será responsabilidade da contratada, fazer a separação e o descarte adequados de resíduos sólidos, orgânicos e resíduos de construção civil, sendo cada, em recipiente separado.**

15.6. **Todas as despesas relativas à instalação da obra, execução dos serviços, materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas, armazenamento, óleos lubrificantes, combustíveis e fretes, transportes horizontais e verticais, impostos, taxas e emolumentos, leis sociais etc., correrão por conta da CONTRATADA.**

15.7. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Município de Lagoa Formosa e os agentes, prepostos empregados ou demais pessoas da Contrata, sendo ela a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

15.8. Qualquer tolerância por parte do Município de Lagoa Formosa, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o Município exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

15.9. A Contratada, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao Município de Lagoa Formosa, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao Município o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

15.10. **O município de Lagoa Formosa observará as disposições da IN RFB nº 1234/2012 e do Decreto Municipal nº 761/2023, quanto a retenção na fonte do Imposto de Renda.**

• Ficam as empresas licitantes cientes que deverão fazer a emissão das Notas Fiscais, obedecendo as disposições dos dispositivos acima citados.

• As empresas que não cumprirem as determinações da RFB, poderão, sem prejuízo da aplicação de penalidades pelo descumprimento das obrigações, sofrer:

- a recusa do recebimento das mercadorias pelo município de Lagoa Formosa; e**
- a retenção do pagamento até a respectiva adequação dos documentos fiscais.**

15.11. Sempre que houver reajuste de valores efetuado por convenção coletiva devidamente comprovado nos autos poderá haver o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato mediante termo de aditamento.



16. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As dotações orçamentárias para custear as despesas decorrentes com as aquisições/serviços do objeto desta licitação correrão por conta da Ficha: 975; Fonte 700; CO: 0000

17. DA VALIDADE

O(s) contrato(s) decorrentes do objeto dessa licitação deverá(ao) ter(em) vigência de 12 (doze) meses, podendo ou não ser prorrogado, obedecendo à legislação vigente.

18. DA SECRETARIA PARTICIPANTE DO PROCESSO

- Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Lagoa Formosa, 14 de novembro de 2023.

Antônio Machado Filho
Secretário de Administração e Governo